

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DE OLINDA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às dez do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública para a Prestação de Contas do Segundo Relatório Detalhado do Quadrimestral da Secretaria de Saúde de Olinda. **O vereador Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL) assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Jorge Federal (Presidente), vereadora Graça Fonseca (Secretária), Emília Gonzales (Secretária de Saúde) e Geórgia Albuquerque (Secretária Executiva de Logística e Gestão em Saúde). O Presidente registrou a presença dos vereadores Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), Severino Barbosa de Souza (BIAI) e Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO). O Presidente concedeu a palavra a Secretária de Saúde Emília Gonzales para que ela apresentasse a prestação de contas da Secretaria de Saúde. A Secretária explicou que o relatório é dividido em quatro itens quais sejam: o montante e fonte dos recursos aplicados no período; auditorias realizadas ou em fase de execução no período; oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada e os indicadores de saúde. Passou a destrinchar o primeiro item, montante e fonte de recursos aplicados. Falou que o total da receita de IPTU foi de R\$ 21.603.985,19; a receita total de ITBI foi de R\$ 2.973.606,62; a receita total de ISSQN foi de R\$ 44.819.512,53 e a receita total do IRRF foi de R\$ 12.809.863,38. Os repasses da União no período foram de R\$ 64.348.772,04; os repasses feitos pelo Estado foram na ordem de R\$ 114.245.504,17. Emília Gonzales explicou que esses valores são os totais que o Município recebeu. Desse total calcula-se o percentual de 15% para se destinar à área de saúde. Os 15% constitucionais obrigatórios são R\$ 39.120.186,59. Já a despesa efetivamente aplicada no segundo quadrimestre foi a quantia de R\$ 37.248.802,65, o que dá um percentual de 14,28%. Com relação aos indicadores, a Secretária de Saúde dividiu da seguinte forma: a participação da receita de impostos na receita total do Município foi de 31,52%; a participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município foi de 68,48%; a participação % das transferências para a saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município foi de 20,86%; a participação % das transferências da União para a saúde no total de recursos transferidos para a saúde do Município foi de 57,88%; a participação % da receita de impostos e transferências constitucionais e legais na receita total do Município foi de 68,48%; a despesa total com a Saúde, em R\$/Hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante no período foi de R\$ 95,32; o percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e limite constitucional 15% foi na ordem de 14,28% e o valor referente à diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional foi de R\$ -1.871.383,94. A Secretária de Saúde passou para o segundo ponto do relatório, que são as auditorias. A primeira unidade auditada foi a Policlínica Barros Barreto, com a auditoria de número 13, teve a finalidade de verificar e estabelecer medidas de controle de riscos elétricos na referida Policlínica, elaborar um checklist de segurança que será aplicado para as demais unidades de saúde do município. Esta auditoria ainda está em andamento. A segunda auditoria é a do Hospital do Tricentenário, com a auditoria de número 15, teve como finalidade analisar a prestação de contas enviada pelo hospital à Secretaria de Saúde de Olinda, através do Ofício HTR nº 118/2018 de 10/05/2018, referente à aplicação dos recursos da Emenda Parlamentar, conforme Capítulo II da Portaria nº788 de 15 de março de 2017, e Portaria nº 1.717 de 07 de julho de 2017, no valor de R\$ 250.000,00 para incremento temporário do limite financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC). Esta auditoria ainda está em andamento. Emília Gonzales passou a falar do próximo tópico do relatório, a oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada. Ela falou que a rede própria possui 39 unidades básicas, 9 policlínicas, 1

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

SPA, 1 laboratório municipal de saúde pública, 1 CAPS álcool e drogas DR. Antônio Carlos Escobar, 1 CAPS infante juvenil Valério Maciel Leitão, 1 centro de atenção psicossocial Espaço Nise da Silveira, 3 polos de academia da saúde (Rio Doce, Santa Tereza e Alto da Conquista), 1 central de regulação do acesso, 4 viaturas do SAMU, 1 UTI móvel, 1 motolância e 1 sede da Secretaria de Saúde. Passou a enumerar a rede conveniada: Hospital Tricentenário, CLINOPE, Comunidade Terapêutica de Olinda, SEOPE 2, DILMAGEM, ELO, HEMOLAB, IMEPE, Salomão Couto. Dos 73 equipamentos de saúde, 64 fazem parte da rede própria e 09 pertencem a rede conveniada. Emília Gonzales mostrou que a rede de atenção básica possui 56 equipes de estratégia saúde da família (ESF) habilitadas; 21 equipes de saúde bucal (ESB); 2 núcleos de apoio à saúde da família (NASF); 3 academias da saúde; 1 equipe do consultório na Rua; 311 agentes comunitários de saúde; 156 agentes de combate às endemias. Já na atenção especializada são: 09 policlínicas (Barros Barreto, São Benedito, Peixinhos, Ouro Preto, Rio Doce 2, Rio Doce 4, Martagão Gesteira, Policlínica da Mulher, Jardim Frágoso); 01 centro de atenção psicossocial (CAPS) transtorno; 01 CAPS AD para o tratamento de álcool e drogas; 01 CAPS infante-juvenil-Valério Maciel Leitão; 03 residências terapêuticas (02 masculinas e 01 feminina); 01 centro de reabilitação (CRO), 01 laboratório municipal; 01 centro de especialidade odontológica (CEO), 01 serviço de atendimento especializado DST/AIDS; 01 serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) com 05 ambulâncias; 02 serviços de pronto atendimento (SPA)-Peixinhos e Hospital Tricentenário e 01 unidade de pronto atendimento (UPA). Na rede conveniada ainda tem os convênios com a Comunidade Terapêutica de Olinda-CTO; Hospital Tricentenário; 01 Clínica de Radioimagem; 01 clínica de Oftalmologia; 02 Laboratórios de Análises Clínicas e 01 Clínica Neurológica. A Secretária Emília Gonzales passou a falar a respeito da produção ambulatorial. De maio a agosto de 2018 foram realizados 1.014.605 procedimentos ambulatoriais no Município de Olinda. No mesmo período foram realizados 517.224 exames e 435.356 consultas. Nos atendimentos às urgências foram realizados 106.697 atendimentos na UPA-Olinda, 38.052 no Hospital Tricentenário e 40.943 no SPA-Olinda. O SAMU de Olinda realizou 1.507 atendimentos de maio a agosto de 2018. Foram realizados 9.205 atendimentos de urgência odontológica em Olinda nesse mesmo período de maio à agosto de 2018. Com relação a produção hospitalar, ocorreram 2.570 internações hospitalares na rede de saúde de Olinda. Forma gastos R\$ 2.781.774,04 do fundo municipal de saúde com internação hospitalar em Olinda. Passando aos indicadores de saúde, o Município pactuou metas para 22 indicadores junto ao Conselho Municipal. Entretanto, o Ministério da Saúde não realizou pactuação, até o atual quadrimestre, no SISPACTO para o ano de 2018. Mantidos os indicadores anteriores, o Município obteve 13 (59%) metas alcançadas ou superadas e 09 (41%) não foram alcançadas até o presente quadrimestre. Portanto, são parcialmente atingidas. Os indicadores são: TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (30 A 69 ANOS) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓTIAS CRÔNICAS). Meta é de 340 para cada 100.000 habitantes e o resultado de janeiro a agosto de 2018 foi de 237,7; PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS. Meta de 85% e o resultado de obtido foi de 73%; PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA. Meta de 99% e o resultado obtido foi de 99%; PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS. PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª)- COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA: meta de 95% e o resultado obtido foi de 0. Houve dificuldade no registro das doses aplicadas no Município. A Secretária Executiva Geórgia Albuquerque explicou a inconsistência desse indicador. **SECRETÁRIA EXECUTIVA GEÓRGIA ALBUQUERQUE:** *"Hoje a gente tem, mais ou menos, na Pólio uma média de 31% atingida. O indicador é um somatório de todas as vacinas aplicadas. O que a gente tem é a dificuldade de registrar porque existe uma incoerência entre o que o Ministério pede e o que o Estado pede. Normalmente a gente registra de 0 a 1 ano. Pelo SISPACTO é de 0 a 2 anos. Então, a gente tem a dificuldade na própria faixa etária. Quantas crianças existem na faixa de 0*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

a 1 ano? Então esse percentual cresce bastante. E a gente atinge meta. Quando o percentual vai em cima de 0 a 2 anos, porque essas vacinas são fundamentais de 0 a 1 ano, não de 0 a 2. Isso causa um problema para a gente contabilizar o indicador. E aí o Estado pactuou com o Município que, uma vez não atingido 95 em qualquer uma das quatro o indicador fica zerado. Então, para conseguir o indicador, a gente teria que atingir 95 nas quatro vacinas. Essa é a grande dificuldade. A outra é o próprio cálculo. Para completar, o sistema de informação foi mudado para o SIPNI e esse sistema causa muita inconsistência e a gente fica sem a informação clara do somatório por faixa etária. Terminou que como a gente não tinha o detalhamento de todas as vacinas, preferimos deixar o indicador zerado.” **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Não é prudente colocar uma nota explicativa? Porque a população vai ter acesso, colocamos isso no portal da transparência da gente e haverá uma crítica direta ao indicador zero, não é? Então, acho que tem que haver uma nota explicativa decorrente desse item porque é muito importante sabermos como está e no rodapé desse relatório ou puxar um item de explicação, pode ser até lateral mesmo ali, mas é importante que a gente tivesse. Qualquer índice que não possa ser calculado, de forma que possa haver algum erro no sistema, até porque é uma prestação de contas, tem que ter uma nota explicativa para a gente saber o porquê de estar naquele percentual. E aquele que não atingiu também. Não atingiu por quais motivos? Foi a ausência do produto, a oferta às pessoas ou foi a sociedade que não procurou no tempo que foi apresentado e a disponibilidade do Município. Acho que isso é importante para a gente.” A vereadora Graça Fonseca concordou com o Presidente Jorge Federal com relação a falta de uma nota explicativa a respeito do indicador da vacinação. A Secretária de Saúde Emília Gonzales continuou com a apresentação da pactuação dos indicadores. PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO: meta de 80% e o resultado obtido foi de 100%; PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNÓSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES: meta de 75% e o resultado obtido foi de 62%. Os dados retirados da coorte em 01/09/2018 (SINAN); NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE: meta de 90 e o resultado obtido foi de 79 em números absolutos; NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS: meta de 01 e resultado obtido foi de 0 em números absolutos; PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ: meta de 100% e o resultado obtido foi de 80%; RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA: meta de 0,75 e o resultado obtido foi uma razão de 0,33; RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA: meta de 0,6 e o resultado obtido foi uma razão de 0,32; PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR : meta de 52% e o resultado obtido foi de 62,58%; PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS: meta de 21% e o resultado obtido foi de 19%; TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL: meta de 11 para cada 1000 habitantes e o resultado obtido foi de 13,44; NÚMERO DE ÓBITOS MATERNOS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA: meta de 3 em números absolutos e o resultado obtido foi de 2; COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA: meta de 48% e o resultado obtido foi de 50,02%; COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: meta de 75% e o resultado obtido foi de 58,28%. Os dados são parciais até julho; COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA: meta de 21% e o resultado obtido foi de 20,31%; PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS: meta de 100% e o resultado obtido foi de 100%; AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA: meta de 50% e resultado obtido de 50%; NÚMERO DE CLCLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE: meta de 4 em números absolutos e resultado obtido de 0; PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO: meta de 100% e o resultado obtido foi de 100%. A Secretária de Saúde passou a mostrar as ações que foram realizadas durante o período. Comentou sobre as ações Olinda Mais Saúde, que foram realizadas em Rio Doce, Jardim Brasil e Aguazinha. Houve ações de colocação de DIU em 15/05/2018, no Alto do Sol Nascente; teve a ação de conscientização do Dia da Luta Anti Manicomial em 18/05/2018, na praia de Bairro Novo; houve a entrega dos tablets aos agente comunitários de saúde no dia 21/05/2018; houve o programa de assistência Saúde nos Terreiros que contou com três edições sendo uma no dia 12/06/2018, outro em 05/07 e o terceiro no dia 14/08. Outras ações de saúde foram a descentralização do teste do pezinho, realizadas em 06/06 e em 22/08. Teve a instauração do Comitê do Sífilis em 18/06 e a Capacitação de Esporotricose em 28/06. Teve também a vacina contra a gripe, que teve a meta alcançada de 98,59% da população vacinada e a vacinação de Polio com a meta estabelecida pelo Ministério superada. Houve a implantação do Programa de Saúde do Trabalhador, com marisqueiras e pescadores, que foi realizado no dia 04/07 (essa é uma ação continuada e ainda haverá outras edições desse projeto). Ocorreu uma pré-campanha de Vacinação Animal Antirrábica no dia 10/07 e 24/07. Ocorreu também a promoção do primeiro ciclo de palestras da Vigilância Sanitária. O Município recebeu três novas ambulâncias do SAMU no dia 02/08/2018. Essas viaturas são de renovação de frota, não significando aumento no número de ambulâncias disponíveis para a população. Ocorreu também o 2º Mamaço-Campanha de Incentivo ao Aleitamento Materno Exclusivo, realizado em 30/08/2018. Em 31/08 ocorreu a entrega da Unidade de Saúde Beira Mangue Rio Doce, que foi toda requalificada. O Presidente passou a palavra para o vereador Jesuíno Araújo fazer suas considerações e questionamentos. O vereador Jesuíno perguntou o que falta para que a Maternidade Brites de Albuquerque seja entregue. Perguntou também o que falta, em termos financeiros, para que a UPA de Rio Doce seja entregue. Pediu o endereço das três clínicas de oftalmologia que foram apresentadas como parte da rede conveniada. Falou do núcleo de segurança instalado em Águas Compridas, que está abandonado e fica ao lado de um posto de saúde. Afirmou que o posto de saúde não tem espaço para os agentes de saúde e que já foi encaminhada uma solicitação para que o núcleo de segurança desativado faça parte do posto de saúde e sirva de apoio para os agentes de saúde. Questionou se a Prefeitura já fez esse pedido do espaço para que o Estado ceda ao Município. Falou também de denúncias que recebeu da população com relação a falta de atendimento do CEVAL aos animais com esporotricose e perguntou o que a Secretaria de Saúde está fazendo com relação a esses animais que possuem essa doença. Finalizou parabenizando a gestão pela inauguração do posto da Beira Mangue. Parabenizou também pela iniciativa da futura inauguração do posto Asa Branca. O próximo a fazer suas considerações e questionamentos foi o vereador Irmão Biá. Ele questionou, da mesma forma que o vereador Jesuíno Araújo, o que falta para o Núcleo de Segurança, que fica ao lado do posto de saúde, em Águas Compridas, seja utilizado pela Secretaria de Saúde. Afirmou que Águas Compridas está completamente abandonado. Novamente o vereador Jesuíno Araújo teve a palavra. Ele comentou sobre um caso de uma pessoa que ele está acompanhando e que há oito meses essa senhora está tentando marcar um atendimento no CAPS e não está conseguindo. Afirmou que ela precisa de tratamento psiquiátrico para poder obter um laudo e dar entrada em outros procedimentos. Perguntou o que é necessário fazer para que ela consiga ser atendida por um psiquiatra. O Presidente passou a palavra para a vereadora Graça Fonseca. Ela ~~se~~ concordou com a pergunta do vereador Jesuíno Araújo com relação a entrega da Maternidade Brites de Albuquerque. Afirmou que convive com a população do Município e que os munícipes estão totalmente desassistidos pelo Poder Público. Disse que ao invés de o Estado melhorar a qualidade dos

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

serviços ofertados ele burocratiza ainda mais. Afirmou que essa desassistência não é culpa da Prefeitura e sim de um sistema. Disse lamentar ao estado que o Brasil chegou, um caos total. O Presidente Jorge Federal afirmou que estamos na contramão institucional de responsabilidade porque o Estado arrecada os impostos e não os utiliza em prol da população. Jorge Federal perguntou à Secretária de Saúde se todas as 39 unidades básicas possuem a equipe completa de profissionais. Perguntou também o que falta de profissionais especialistas nas unidades especializadas de saúde. Falou que chegou em seu gabinete uma denúncia de que existe uma demanda reprimida de exames de imagem. Falou que depois da consulta o paciente só recebe a autorização para realizar o exame depois de um ano ou um ano e meio. perguntou se os números de demanda e atendimento oftalmológicos estão corretos, pois pelos seus cálculos dava uma média de 100 atendimentos diários de acordo com os dados apresentados no relatório. Disse que a quantidade de academias da saúde é muito pequena para a quantidade de habitantes, pois são apenas três polos para uma população de quase 400 mil habitantes. Reclamou das praças e áreas de lazer que estão em péssimo estado de conservação, abandonados pelo Poder Público. A vereadora Graça Fonseca comentou que o exercício faz bem para a saúde e que normalmente as pessoas só se consultam com os médicos quando já estão doentes, não existe o hábito da prevenção das doenças. Também falou que há uma lei que trata da adoção das praças e que o Poder Público deveria procurar cumpri-la. O vereador Irmão Biá perguntou a Secretária de Saúde se ela interditará unidade de saúde de Águas Compridas, PSF-2, até que outras providências sejam tomadas. O Presidente Jorge Federal passou a palavra para a Secretária de Saúde Emília Gonzales para que ela respondesse aos questionamentos feitos pelos vereadores. Ela disse que com relação a Maternidade Brites de Albuquerque já existe um estudo e uma conversa com o Governo do Estado para que se faça um novo convênio com o Governo do Estado para que se viabilize a abertura da maternidade em uma modalidade que não seja de alto risco como era o inicialmente pensado, mas que seja na modalidade de risco habitual, com uma quantidade de leitos baseada na quantidade de sua população atual. Esse convênio será para a finalização e adequação dos prédios existentes para que se coloque a maternidade em funcionamento. Emília Gonzales disse que está sendo feito um projeto de readequação dos prédios, pois o projeto inicial é muito grande e não será possível aproveitá-lo. Com relação à UPA ela afirmou que a Prefeitura recebeu a obra inacabada e que estava constando como finalizada no sistema do Ministério da Saúde. Ela disse que isso impede que o Município possa captar recursos de outros locais. Assim, os recursos precisam ser próprios do Município para que se termine a obra da UPA. Afirmou que o estudo arquitetônico foi finalizado e que será feita a licitação ainda este ano. A Secretária disse acreditar que a UPA será entregue à população antes da maternidade. Passou a falar do Núcleo de Águas Compridas. Ela explicou que não foi identificado nenhum documento de entrega do prédio, que é de posse do Governo do Estado, ao Município. Falou que fez uma nova solicitação à Polícia Militar e ao Governo do Estado pedindo a cessão oficial do prédio. Ela disse que para o prédio ser utilizado pelo Município é necessário esse documento. Ela disse que também não pode interditar o referido prédio sem o documento de cessão. Falou também que está em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Social tentando encaminhar as pessoas que estão morando no Núcleo de Segurança para a República que existe no Município. A Secretária Executiva Geórgia Albuquerque disse que o ofício foi encaminhado desde o mês de julho para o gabinete do Prefeito e foi formalizada essa solicitação da cessão. Ela afirmou que a Secretaria pode colocar os tapumes para isolar o local do núcleo de segurança, mas que não pode impedir que pessoas entrem no prédio. Geórgia falou que a unidade de Águas Compridas foi contemplada com uma emenda parlamentar e que já existe um projeto para melhorar a estrutura física daquela unidade de saúde. Já as reformas no prédio do núcleo de segurança devem ser utilizadas verbas próprias da Prefeitura. O Presidente comentou que já houve uma reforma na unidade de saúde de Águas Compridas pouco tempo atrás e perguntou se haverá outra reforma nesse curto espaço de tempo. Geórgia Albuquerque falou que as emendas parlamentares demoram muito para liberar os recursos. Ela confirmou que houve uma reforma, mas que não foram realizados todos os serviços necessários que o prédio necessita. A Secretária Executiva comentou que foi

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

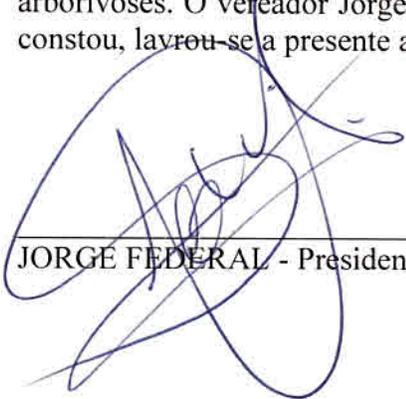
Olinda Patrimônio da Humanidade

resolvida a questão da falta de espaço para os agentes de saúde trabalharem na unidade de saúde de Águas Compridas. O vereador Jesuíno Araújo disse que na gestão passada houve uma reforma enorme no prédio da unidade de saúde em comento e que no começo da nova gestão houve uma pequena reforma para ajustar alguns pontos que necessitavam de reparo. Ele sugeriu que a Câmara de Vereadores comece a acompanhar essa reforma para entender o que está sendo realizado por lá. Já com relação ao Núcleo da Polícia Militar localizado ao lado do posto de saúde, Jesuíno afirmou que a Prefeitura deveria agilizar esse processo para que o Governo libere o espaço e que faça uma reforma conjunta da unidade de saúde e do núcleo de segurança para que ele seja utilizado como extensão da unidade de saúde. Emília Gonzales esclareceu que a emenda parlamentar foi destinada para a reforma da unidade de saúde. Para ser feita uma reforma no prédio do núcleo de segurança a Prefeitura tem que utilizar recursos próprios. A Secretária de Saúde passou a falar das três clínicas oftalmológicas, que foi uma pergunta feita pelo vereador Jesuíno Araújo. Com relação ao quadro de unidades de saúde da família, Emília Gonzales disse que havia contratado mais médicos, mas que quatro deles pediram demissão. Ela disse que havia cinquenta e seis unidades de saúde, mas com a saída desses médicos foi reduzida para cinquenta e quatro unidades de saúde. Com relação às especialidades, a Secretária de Saúde disse que não sabia ao certo, mas que iria encaminhar a listagem completa depois. O Presidente Jorge Federal perguntou o que é feito quando um paciente procura a unidade de saúde e o Município não possui a especialidade médica necessária. A Secretária de Saúde afirmou que quando isso ocorre o paciente é encaminhado para alguma unidade do Governo do Estado e que existe um quantitativo mensal de encaminhamentos feitos pelo Município. Ela afirmou que esses dados serão repassados por escrito posteriormente. Com relação à ultrassonografia, Emília Gonzales falou que o Município fez um convênio e ampliou esse serviço. Antes eram feitas cerca de 700 ultrassonografias por mês e foi ampliado para 2.000. Ela afirmou que há uma fila de espera grande, mas que com a ampliação que foi feita desse serviço os pacientes não precisaram mais esperar cerca de um ano para realizarem a ultrassonografia. O Presidente Jorge Federal sugeriu um mutirão para a realização dessas ultrassonografias para que se dê andamento a essa fila de espera tão grande. Com relação aos exames de ultrassonografia, Emília Gonzales falou que fará uma análise para ver se há possibilidade financeira para implantar um mutirão para a realização dos exames de ultrassonografia. Agradeceu a sugestão feita pelo vereador Jorge Federal e se comprometeu a fazer um estudo, em até trinta dias, para ver se há possibilidade financeira para a realização desse mutirão. A Secretária de Saúde passou a falar a respeito das academias da saúde. Ela disse que o Município foi contemplado com uma emenda parlamentar para a implantação de mais uma academia da saúde, que será localizada em Tabajara. Ela afirmou que a proposta e o plano de trabalho já foram aceitos pelo Ministério da Saúde. Emília Gonzales disse que além das academias da saúde existem as academias dos bairros, que também auxiliam nesse trabalho de prevenção de doenças e promoção da saúde. Essas academias dos bairros são uma parceria entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. Já com relação aos exames PSA, ela disse que esse exame é realizado na rede especializada e que são dois médicos urologistas que atendem um na Barros Barreto e outro na São Benedito. A Secretária de Saúde passou a falar sobre a demanda na área de psiquiatria. Ela disse que a Secretaria perdeu dois profissionais recentemente. Falou que são seis profissionais atuando nessa área. Emília Gonzales explicou que está sendo realizada uma parceria com o Hospital das Clínicas para capacitar o profissional médico da atenção básica para tratar alguns casos mais leves e não demandar esse paciente para a rede especializada e para o psiquiatra, deixando para o psiquiatra apenas os casos mais graves. Ela comentou que os médicos da atenção básica também podem tirar dúvidas via web com os especialistas do Hospital das Clínicas. O vereador Jesuíno Araújo perguntou novamente como deveria proceder a pessoa que está buscando uma consulta com o profissional psiquiatra, caso que ele relatou anteriormente. Emília Gonzales disse que não existe o bloqueio do sistema de consulta que o vereador Jesuíno Araújo relatou e pediu para conversar com ele em particular sobre esse caso específico. Depois foi falado sobre a questão da esporotricose. Ela disse que tem o diagnóstico de 59 animais com essa doença no Município. Desses

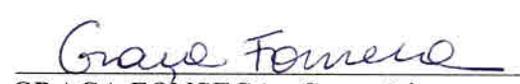
CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

59, 33 receberam algum tipo de tratamento pelo Município. Outros casos, quando o animal não possui cuidador, encaminha-se o animal para eutanásia. Também existem casos em que o animal possui a doenças, mas que o cuidador não quer tratar o animal. A vereadora Graça Fonseca perguntou como estava o abastecimento de medicamentos no Município. A Secretária de Saúde disse que o Município ainda não tem o abastecimento regular de medicamentos, mas que isso é uma prioridade. O vereador Irmão Biá perguntou sobre a academia da saúde do Alto da Conquista, que está abandonada pelo Poder Público. A Secretária de Saúde afirmou que foi feita a pintura do local e a instalação de janelas que estavam quebradas. Falou também que as aulas estão acontecendo no local no turno da manhã. Com relação à academia da saúde de Santa Tereza, também ocorreu pintura do local e a instalação de algumas grades. Ela falou que as atividades estão ocorrendo normalmente. O Presidente Jorge Federal passou a palavra para o senhor Valdemar. Ele afirmou que o bairro do Bonsucesso foi o mais atingido pela dengue, segundo a estatística da própria Secretaria de Saúde. Valdemar perguntou o que a Secretaria de Saúde fará para diminuir essa incidência no citado bairro. O próximo a falar foi o senhor Maurício de Souza. Ele reclamou que no bairro onde reside, Jardim Brasil, existe uma infestação de muriçocas e mosquitos e perguntou o que será feito para solucionar esse problema. A Secretária de Saúde afirmou que Olinda instalou, desde o ano passado, o comitê de combate as arboviroses. Ela disse que não é só a atuação do agente de combate as endemias que fará com que diminua a incidências desses mosquitos, mas a população e outros órgãos públicos também tem papel importante nesse combate. Ela disse também que não houve aumento nos índices de dengue no Município. Afirmou que levará essa demanda da limpeza dos canais para tratar com o comitê de combate as arborivoses. O vereador Jorge Federal agradeceu a presença de todos na audiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente e pela Secretária.



JORGÉ FEDERAL - Presidente



GRAÇA FONSECA - Secretária